

Governo teme faltar dinheiro para INSS e traça plano de emergência

Restam R\$ 2,4 bi até fim do ano, e Casa Civil consulta possibilidade de pagar benefícios fora do teto

Idiana Tomazelli

BRASÍLIA O bloqueio de recursos no Orçamento de 2022 deixou o governo Jair Bolsonaro (PL) com apenas R\$ 2,4 bilhões para bancar gastos discricionários de todos os ministérios no último mês do ano. Há o temor real de falta de dinheiro até mesmo para despesas obrigatórias, como aposentadorias, o que levou o Executivo a traçar um plano de emergência.

O ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira, enviou ao TCU (Tribunal de Contas da União) consulta sobre a possibilidade de usar crédito extraordinário, fora do teto de gastos, para bancar uma parcela das despesas do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

A tese é que esses gastos cresceram muito após a aceleração das análises de requerimentos e redução da fila de espera, deixando o governo sem margem de manobra no Orçamento nos últimos meses do ano. O buracosas despesas obrigatórias é estimado em R\$ 22,3 bilhões, dos quais 70% correspondem à Previdência.

A consulta, revelada pelo jornal Valor Econômico e confirmada pela Folha, foi formalizada pela Casa Civil com o respaldo do Ministério da Economia, que emitiu pareceres para fundamentar a questão. Um dos ofícios é assinado pelo próprio ministro Paulo Guedes.

O cenário é considerado extremamente grave e dramático. Sem uma solução, a perspectiva é que se avolumem as notícias de órgãos suspendendo atividades, em um verdadeiro apagão da máquina pública. O próprio governo está com dificuldades de segurar o bloqueio, que chegou a R\$ 15,4 bilhões em 22 de novembro, após constatar que as despesas com o INSS subiram novamente. Além disso, a Economia está



O ministro Paulo Guedes (Economia), que consultou TCU sobre possibilidade de usar crédito extraordinário fora do teto de gastos para bancar INSS. Edu Andrade - 22.nov.22/Ministério da Economia

sem margem de manobra para acomodar uma necessidade extra de outros R\$ 15,4 bilhões para pagar benefícios do INSS. A solução seria cortar de vez as dotações das emendas de relator (hoje apenas bloqueadas), mas isso demandaria aval prévio do Congresso.

“Até o presente momento, não houve sinalização (positiva ou negativa) do relator-geral da LOA [Lei Orçamentária Anual] 2022 para que as despesas obrigatórias pudessem ser suplementadas com recursos oriundos das programações de RP9 [emendas de relator]. Esta situação vem preocupando as áreas técnicas dos Ministérios da Economia e do Trabalho e Previdência em virtude de não haver tempo hábil ainda neste exercício para suplementar

despesas obrigatórias”, alerta ofício assinado por integrantes da Secretaria de Orçamento Federal.

O Executivo encaminhou um projeto de lei para autorizar o remanejamento sem esse aval prévio, mas há grande risco de a votação não ocorrer a tempo de ajustar as programações do Orçamento.

O clima é de insegurança. As liberações de recursos e o efetivo pagamento das despesas dependem de atos assinados por técnicos e gestores, que respondem com o próprio CPF caso seja constatada alguma irregularidade diante das normas fiscais. A violação do teto de gastos poderia ser enquadrada nessa categoria, assim como o não pagamento de uma despesa que, como diz o nome, é obrigatória.

Colnago, secretário de Tesouro de Guedes, pede demissão

O secretário especial de Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, Esteves Colnago, pediu exoneração do cargo. A informação foi antecipada pela Folha e confirmada na noite desta sexta (2) pela pasta. A baixa na equipe de Paulo Guedes ocorre a menos de um mês do fim do mandato de Jair Bolsonaro. A reportagem tentou contato diretamente com Colnago, mas não obteve resposta. Em nota, a Economia não detalhou o motivo da saída. Colnago é servidor de carreira e já passou por diferentes funções na equipe econômica.

Um crédito extraordinário que não preencha os requisitos constitucionais de imprevisibilidade e urgência também poderia ser julgado como irregularidade, daí a consulta ao TCU.

A Casa Civil alega que o exercício de 2022 apresenta “situação atípica” e questiona se o “crescimento imprevisível e extraordinário de despesa obrigatória, conjugada com a ausência de instrumentos legais adequados à demanda por crédito adicional em função de restrições temporais”, seria motivação suficiente para a abertura de crédito extraordinário.

O registro da assinatura eletrônica de Ciro Nogueira é de 27 e 1º de dezembro, e o protocolo no TCU foi feito à 1h22 —evidenciando a urgência com que a questão vem sendo conduzida pelo governo.

A situação é tão dramática que o governo vê risco de a despesa com a Previdência ficar ainda maior em meados do mês, quando o Ministério do Trabalho e Previdência processar a folha de dezembro. Qualquer esforço de “raspar o cofre” nos demais ministérios seria insuficiente para solucionar o problema.

Caso o tribunal dê sinal verde para pagar aposentadorias com crédito extraordinário, a intenção do governo é fazer uma análise criteriosa do valor que será efetivamente necessário —o que tende a ficar abaixo dos R\$ 22,3 bilhões. O cuidado leva em conta a avaliação de que abusos de eventual precedente aberto pelo TCU poderiam ser um tiro no pé.

Por outro lado, mesmo que o tribunal dê sinal verde à consulta, há dúvidas se os técnicos que operacionalizam esses pagamentos aceitarão assinar o crédito extraordinário, uma vez que a jurisprudência do tribunal de contas está sujeita a mudanças até o efeti-

vo julgamento das contas. O temor nos bastidores é ficar exposto a algum tipo de responsabilização.

Por isso, o Executivo busca também outras saídas. O governo chegou a consultar o STF (Supremo Tribunal Federal) na terça (29) sobre a possibilidade de usar crédito extraordinário para bancar o repasse de R\$ 3,9 bilhões para o setor cultural, previsto na lei Paulo Gustavo, mas essa porta foi fechada pela Corte. Outra saída é aprovar um projeto de lei que flexibilizar alguns dispositivos no Orçamento para descontar despesas do teto de gastos e reduzir o repasse da lei Paulo Gustavo ainda em 2022.

Prever um espaço extrateto para 2022 na PEC (proposta de emenda à Constituição) da Transição, patrocinada pelo governo eleito de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), seria a opção “mais segura”. No entanto, interlocutores do Ministério da Economia não estão autorizados a se envolver nessas articulações, que têm sido conduzidas apenas por parlamentares.

Os congressistas têm forte interesse em abrir espaço no Orçamento para liberar R\$ 7,7 bilhões em emendas de relator que estão hoje bloqueadas. Essas verbas são usadas para irrigar redutos eleitorais dos contemplados e servem de moeda de troca nas negociações políticas com o Planalto.

Mas a inclusão de despesas para 2022 na PEC também pode ajudar os ministérios, que chegaram a dezembro com apenas R\$ 2,4 bilhões em verbas efetivamente disponíveis para custear contratos, compra de material e obras em andamento na reta final do ano.

Da dotação de R\$ 99,3 bilhões para despesas discricionárias, R\$ 89,5 bilhões já haviam sido empenhados (primeira fase do gasto, quando há o compromisso com a aquisição do bem ou serviço) em 30 de novembro e outros R\$ 7,4 bilhões estão bloqueados.

O Ministério da Educação, por exemplo, ficou com apenas R\$ 466 milhões disponíveis até o fim do ano. Na Saúde, esse valor é de R\$ 374,6 milhões. São valores ínfimos para o porte das políticas conduzidas por essas pastas.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado Caderno: A Pagina: 21